

BEZERRA, Norma Sueli Ramos Freire; LIMA, Kátia Regina Rodrigues; SILVA, Procianna Ferreira. (Org.). **Sociedade, Sistema educacional e Escola**. Curitiba: CRV, 2017

— resenhado por —

Os ingredientes da obra coletiva, em apreciação, são múltiplos. Realmente, trata-se de uma construção transubstancial e interdisciplinar no sentido complexo dos termos. É uma miscelânea, sem embargo traduz um esforço intelectual valioso em favor da reconstrução educativa. São registradas nove produções oriundas de várias universidades, os autores e as autoras possuem formações nas zonas cognitivas mais afetas à formação dos novos (alunos), sujeitos participantes.

Ramiro Ferreira de Freitas

Mestrando em Educação pela
Universidade Regional do Cariri
(URCA). Ceará, Brasil.

 orcid.org/0000-0003-2508-1858

 ramiroferreira91@gmail.com

Recebido em 02/03/2019

Aceito em 05/04/2019

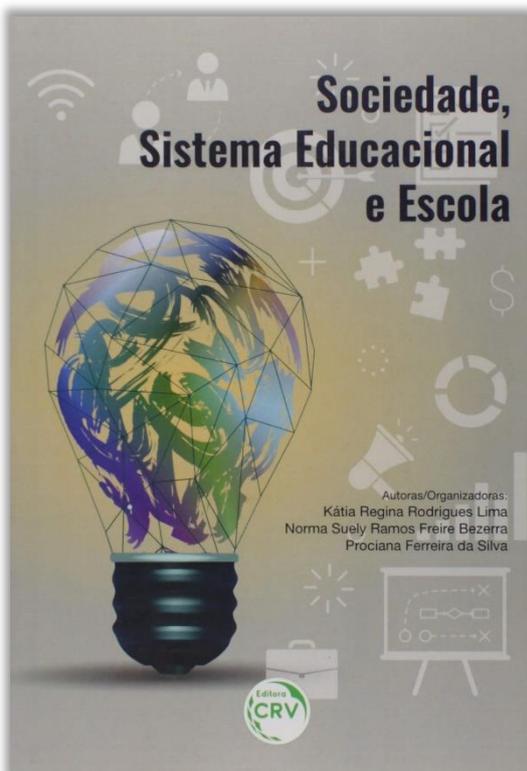
Publicado em 20/04/2019

eISSN 2594-4002



Primeiro, discutiu-se a “avaliação e acreditação da educação superior”¹, porquanto os modelos pedagógicos hodiernamente revelam um *quase-mercado* de supostas qualificações escolares, sobremaneira vinculadas à sobreposição capitalista dos ‘serviços’ instrutivos. ENADE, SINAES e AHELO são táticas ajuizadas em face da ampla oferta das graduações — públicas e privadas — que devem ser mensuradas conforme o ‘perfil’ exequível (recomendado) ao selecionar dos fornecedores e consumidores.

Na sequência, Procianna Ferreira da Silva e Edna Gusmão de Góes Brennand refletem sobre a gestão escolar democrática, enquanto prática da ação comunicativa (p. 23-32), invocando o pensamento habermasiano no constructo participativo ilustrado no diálogo entre sujeitos. Atender aos interesses e superar desníveis sociais, culturais ou



¹ Texto escrito por Kátia Regina Rodrigues Lima, Alisson Slider do Nascimento de Paula, Calebe Lucas Feitosa Campelo e Maria Socorro Lima Costa (p. 11-22).

situacionais contribui significativamente para melhor colocação dos seres nos “lugares de fala” que lhes correspondem; pontos de convergência e consenso que funcionalizam e projetam o mundo da vida à moda sistemática dominante (pelo menos no viés capitalista ora predominante).

Quando Sueli de Oliveira Pimentel e Eládio José de Góes Brennand² vislumbram o SAEPE (Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco) como tipo ideal (formalizado) de avaliação programática nas instituições de ensino fundamental e médio, estão, na verdade, oferecendo prerrogativas, cuja intenção é uniformizar o patamar de “qualidade” sem, todavia, abrir mão das especificidades locais e regionais. Circunstâncias intraescolares — infraestrutura do ambiente de ensino-aprendizagem, materiais disponibilizados e recursos humanos — se juntam ao meio exterior (família e sociedade) para representar o quadro discente: suas dificuldades e potencialidades.

O modelo pernambucano não resta imune às falhas e aos insucessos, mas, toda regressão ou estagnação que obtemperam os professores deve ser autocorrigida e sofrer uma crítica positiva, se o texto legislado — da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e, mormente, do Magno Diploma de 1988 — apresenta eficácia plena³.

As lições vão além do estudo peculiar de caso, transcendem fronteiras estaduais e servem de mote à prática docente brasileira, que há de seguir formando estudantes cidadãos (côncios de seus papéis e direitos sociais), não meramente “quantificando” resultados e traçando *rankings*. Tecnologia, ciência, e compreensão das matérias curriculares, combinação que o *tablet PC* trouxe à realidade⁴.

Manter os alunos na sala de aula tem sido quase hercúleo sem práticas inovadoras na substituição/complementação do “giz e do quadro negro” por ferramentas informáticas. Recursos digitais, internet e produções eletrônicas já fazem parte da rotina em muitos estabelecimentos educacionais — como o investigado pelas autoras em 2015. Contudo, vale mencionar que não se esgotou o leque de técnicas exploratórias no sistema formativo.

² Ensaio nas páginas 33 a 48 do livro resenhado.

³ Nesse sentido, o art. 214 da Constituição de 1988 é inafastável, merecendo transcrição nos termos da redação alterada pela Emenda Constitucional nº 59/2009: “Art. 214. *A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País. VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto*”.

⁴ Maria do Socorro Almeida e Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra (p. 49-62)

Observada certa medida de resistência no uso de metodologias até bem pouco tempo desconhecidas. É urgente treinar os sujeitos (aprendizes e mestres) para o futuro competitivo e cibernético do trabalho e da vida social, mostrando como receber o mundo de informações e filtrar os dados publicados. Plataformas online, arquivos computadorizados e âmbito virtual se justificam, mas a velocidade nas transformações é tão gigantesca que suscita cautela.

O projeto “Um Computador por Aluno” expandiu força, mas a recusa em muitos quanto à expressão de ideias na pesquisa — nem todos os matriculados nas turmas de Ensino Médio participaram — denuncia que não basta facilitar o acesso à “inédita novidade”. É fundamental mostrar como o aluno poderá apropriar-se da rede tecnológica à mão, visando melhorar a própria qualidade de vida e o desenvolvimento, tanto familiar quanto comunitário. Sustentabilidade: palavra-chave repetida pela mídia e pautada nas definições de proteção ecológica às atuais e vindouras gerações, titulares do direito ao equilíbrio ambiental.

Norma Suely Ramos Freire Bezerra (p. 64-80) considera o “chão da escola” lugar privilegiado na modificação dos imaginários antrópicos que opõem diametralmente o *Homo sapiens* e a natureza viva (vegetal/animal). Documentos internacionais já modelam compreensão e debate entre estudantes, bom sinal para a Educação Ambiental. “A importância da ECO-92, a criação da agenda 21 e a responsabilidade das diversas esferas governamentais sobre sua disseminação e seu empreendimento fizeram parte dos debates” (BEZERRA *in* BEZERRA, LIMA e SILVA, 2017, p. 73).

Sobrevivência em jogo para a humanidade merece atenção e, maiormente, ação. O *antropoceno* — reivindicação bioética para nossa Era, contraditoriamente marcada pela explosão atômica de 1945 — ocasiona periclitção da vida sobre a Terra. Biomas sensíveis agonizam, restringindo a biodiversidade, mas o ato lesivo não confinou (ainda) as chances de mudança na conduta dos jovens que, em última razão, herdaram o legado planetário. Gestores comprometidos e motivados, receptivos à inovação prática são necessários em virtude dos crescentes fluxos comunicantes (intersubjetivos).

Na sexta leitura da coletânea, a tecnologia volta à baila no ensaio “*A Vivência em Pernambuco da Utilização de Netbook como Ferramenta de Apoio Pedagógico: percepção da gestão escolar*”, de Francisca Lino Oliveira e Guilherme Ataíde Dias (p. 81-94), no qual resta notória a visão plural dos diretores em escolas da rede pública do Estado de Pernambuco (microrregião do Araripe) sobre o programa “Aluno Conectado”, que espera melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) estadual.

São, conforme alhures, desafiantes as nuances — alunos que não utilizam os meios para os fins adequados, professores sem a preparação devida, instabilidade na conexão de internet e posição socioeconômica menos favorecida (há, inclusive, relato de “venda do aparelho”, segundo um dos entrevistados na pesquisa, característico desvio de finalidade⁵), impondo representações criativas a buscarem ampliação do espectro racionalizador/humanizador dos educandos.

Em “*Percursos da EAD e a formação de gestores escolares no estado de Pernambuco*” (p. 95-108), Rosineide Feitosa de Menezes Gonçalves e Adriana Valéria Santos Diniz trazem reflexões sobre mecanismos para formação continuada, elencando cinco projetos⁶ demonstrativos que, à medida das transformações vivenciadas pelo corpo docente, tomarão maior amplitude e dimensão generalizada nos quadrantes institucionais público e, reflexamente, privado.

A penúltima seara consignada — formação do enfermeiro/professor concernente à prevenção de doenças no grupo populacional “mulheres encarceradas” — faz jus ao específico nivelamento dos riscos, contenção e repressão de fatores nocivos. Na sociedade brasileira, infelizmente, grande parte dos estigmas recepcionados por quem é destituído da liberdade inclui a mitigação das condições vitais, negação de subsistências. O profissional da saúde recebe o múnus de encontrar, nos lugares menos aprazíveis, uma amenização dos temores, superação quanto à angústia humana, traço lamentável entre os vulneráveis marginalizados.

As mulheres, vítimas da discriminação masculina, sofrem torturas psicológicas e físicas que violam a dignidade inerente a pessoas (Declaração de 1948, ONU), o que poderá, ao menos, ser minimizado com a promoção do básico patamar saudável entre as “presas”. Portanto, a noção contemporânea transdisciplinar de cooperação entre academia e sociedade é multipolar edifício que abriga ciências sociais e ciências da saúde no mesmo objetivo — democratizar o acesso a melhores oportunidades de viver em salutar equilíbrio corporal, mental e espiritual⁷.

⁵ Vide Oliveira e Dias (*in* BEZERRA, LIMA e SILVA, 2017, p. 88)

⁶ A saber, os seguintes: PROGESTÃO (Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares), Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, Programa de Formação Continuada de Gestores da Educação Infantil e Fundamental (PROGED), Centro Interdisciplinar de Formação de Professores (CINPOP) e Programa de Formação de Gestores da Educação Pública (UDJF).

⁷ Marlene Menezes de Souza Teixeira, Sebastiana Micaela Amorim Lemos e Maria Rosa Chitolina Schetinger (p. 109-116).

Finalmente, psicanálise e pedagogia encontram-se no ensaio “O *Vínculo Transferencial que Contorna a Relação Professor-Aluno*”, de Cimara Bandeira de Sousa Caldas (p. 107-126). Energias inconscientemente trabalham para nortear os sujeitos da interação (mestre/pupilo) e constroem significados que, em consequência, são favoráveis ou desfavoráveis à harmonia. “É preciso, antes de tudo, questionar os modos da educação, da formação dos professores e do ensino, analisando se estes contemplam os interesses de quem se presta a alcançar.” (CALDAS *in* BEZERRA, LIMA e SILVA, 2017, p. 118).

No referente ao labor psicanalítico, a importância localiza-se justamente no permitir de reflexões imediatas sobre o “agir” docente em tempos críticos. A crise, enfatizemos, não explica saudosismos exagerados nem deve servir como pano de fundo para querelas antiprogressistas, cujo teor será converter o mundo escolar em autoritário recipiente, recalçamento dos novos seres. “O clamor pelo retorno aos tempos em que o professor era considerado o detentor do saber e, por isso, muito respeitado e admirado escancara as dificuldades de quem faz a educação “acontecer” (CALDAS *in* BEZERRA, LIMA e SILVA, 2017, p. 117)

Talvez a grande lição do objeto retratado, nesta síntese, cole facticidade no cambiante rumo dos modos de “pensar” e “fazer” que não vai permitir absolutas conclusões. O professor — como na parábola do “pescador de homens” — é quem “ensina a pescar”, ou melhor, quem, acreditando no potencial dos(as) meninos(as), facilita o “lanço das redes” cognitivas essencialmente subjetivas, descobrindo, em cada retorno avaliativo, cambiantes maneiras de aperfeiçoamento seu e do outro.